

9 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar é o referido no ponto 1 do n.º 3 da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

9.1 — A classificação final resulta do soma das pontuações atribuídas aos vários factores, constantes no anexo III, da portaria supracitada.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, Rua do Professor Álvaro Rodrigues, 4149-003 Porto, e entregue no Serviço de Pessoal deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio sob registo com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

10.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, residência, código postal, número de telefone e número de contribuinte);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Situação profissional;
- d) Identificação do concurso a que se candidata, com indicação da data da publicitação do aviso;
- e) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos julguem relevantes para apreciação do seu mérito.

10.3 — Os requerimentos de admissão serão acompanhados, sob pena de exclusão dos seguintes documentos:

- a) Documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias;
- b) Documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações profissionais;
- c) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço nos últimos três anos;
- d) *Curriculum vitae* (três exemplares).

10.4 — Os candidatos ficam dispensados da apresentação da documentação respeitante aos requisitos exigidos nas alíneas a) e b) do número anterior, desde que a mesma conste do processo individual.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Composição do júri:

Presidente — Ana Maria Loureiro Sousa Lopes Gonzaga, terapeuta ocupacional especialista — Hospital de Magalhães Lemos.

Vogais efectivos:

Patrícia Maria Ferreira Amaral da Cruz, terapeuta ocupacional principal — Hospital de Magalhães Lemos.

Maria dos Prazeres Andrade Marques Valente, terapeuta ocupacional principal — Hospital Infante D. Pedro.

Vogais suplentes:

Maria de Lurdes Ângelo Ribeiro, terapeuta ocupacional especialista — Hospital de S. João, E. P. E.

Maria Assunção Martins Nogueira, terapeuta ocupacional principal — Hospital de S. João, E. P. E.

13 — A relação de candidatos bem como a lista de classificação final serão afixadas no expositor do Serviço de Pessoal.

14 — O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

15 — Menção a que alude o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000 — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

18 de Fevereiro de 2008. — A Vogal Executiva, *Margarida Madalena Martins França*.

Deliberação n.º 659/2008

Por despacho do vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte de 12 de Fevereiro de 2008:

Paula Cristina Couto Lucas, auxiliar de acção médica principal, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar Médio Ave, autorizada a sua transferência para o quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

25 de Fevereiro de 2008. — A Vogal Executiva, *Margarida Madalena Martins França*.

Hospital de Sousa Martins

Deliberação n.º 660/2008

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins — Guarda de 31 de Janeiro de 2008:

Carina Teixeira Moita, nomeada definitivamente técnica de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 564/99, de 21.12 e 427/89, de 07.12, a que corresponde o escalão 1, índice 128, da estrutura remuneratória da referida carreira, considerando-se exonerada da anterior categoria à data da aceitação do novo lugar.

O cabimento orçamental para esta nomeação foi confirmado por despacho da directora da Direcção-Geral do Orçamento de 10.12.2007.

11 de Fevereiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Monteiro Girão*.

Inspecção-Geral das Actividades em Saúde

Despacho n.º 6752/2008

O Decreto-Lei n.º 275/2007, de 30 de Julho, aprovou a Lei Orgânica da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde, no desenvolvimento do qual foi fixada a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis, na Portaria n.º 827/2007, de 31 de Julho.

Considerando que, a fim de garantir o normal e regular funcionamento das novas unidades flexíveis deste organismo, se torna urgente proceder à nomeação dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau;

Considerando, ainda, que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando, por fim, o perfil profissional do Licenciado António Alberto Coelho Gil, evidenciado na nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

1 — Nomeio, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Apoio Administrativo e Processual (DAAP) da IGAS, o licenciado António Alberto Coelho Gil, do quadro de pessoal do Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Orçamento, 12.ª Delegação, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — O despacho produz efeitos a partir da presente data de 2008.

18 de Fevereiro de 2008. — O Inspector-Geral, *Fernando César Augusto*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — António Alberto Coelho Gil
Naturalidade — Vimioso

Habilitações académicas:

Licenciado pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, com o curso de Organização e Gestão de Empresas.